

A criação de força-tarefa para vasculhar as contas do Ministério da Saúde, com o objetivo de introduzir métodos de controle capazes de coibir a fraude e o superfaturamento no Sistema Único de Saúde, abre uma janela de esperança no sentido de que a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) venha a ser suspensa.

O JORNAL DO BRASIL sente-se à vontade para apoiar a iniciativa do governo, pois desde a primeira hora se bateu em favor de métodos severos para fazer a completa reorganização da Saúde. O princípio da austeridade recomenda o controle absoluto das despesas, antes de recorrer à criação de impostos.

Era essa a divergência básica em relação à gestão Adib Jatene. Respeitado pelos seus títulos médicos, o ex-ministro se deixou levar pela solidariedade de classe a donos de hospitais, em vez do pulso forte para reprimir fraudes milionárias que se perpetuam à sombra do SUS.

Em função da falta de controle dos gastos atribuídos às internações hospitalares tanto por parte da União como dos estados e prefeituras, que são elos fundamentais na execução do SUS, a Saúde é a única a inflar indefinidamente seus orçamentos, mesmo depois que a inflação caiu para menos de um por cento ao mês.

Sem um basta definitivo nas fraudes e nos superfaturamentos, como a transformação de partos normais em cesarianas, ou a extração de varizes numa safena, os orça-

mentos da Saúde serão sempre insuficientes para cobrir as contas. Reforços como os R\$ 600 milhões mensais previstos para a CPMF não passam de *band-aids* em cirurgia.

Esse estado de coisas era incompatível com o processo de estabilização financeira, que tem como premissas a austeridade fiscal e a reforma da relação do Estado com a sociedade. Era inaceitável que donos de hospitais continuassem a fazer fortunas da noite para o dia, enquanto mulheres dão à luz em pias e os pacientes não encontram médicos nos plantões noturnos ou nos feriados prolongados.

Espera-se da força-tarefa supraministerial a profilaxia completa na administração da saúde pública. A decisão do presidente Fernando Henrique diante do problema reforça a expectativa de que o governo desista da CPMF, depois de pesar os prós e os contras, inclusive do ponto de vista político.

Hoje está claro que a alíquota de 0,2% sobre cheques e transações financeiras, mesmo reduzida em relação ao 0,3% original, é altamente inflacionária e pode desestimular a poupança interna, instigando a fuga de capitais do país. O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles, advertiu que a perda nas bolsas poderá ser brutal. De fato, com o imposto, ações como as da Telebrás, que hoje dominam o movimento das bolsas do Rio e de São Paulo, terão seu centro de liquidez transferido para Nova Iorque, onde o papel já é negociado. Ainda está em tempo de cortar o mal pela raiz.